

## **PARECER JURÍDICO**

Licitação Modalidade Tomada de Preços nº. 05/2018, para a Consulta do Executivo Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, para a **Contratação de Empresa Especializada na Execução de serviços de engenharia na infraestrutura física da Escola Estadual do Campo Barra Bonita e Escola Rural Municipal Santo Antônio – Ensino Infantil e Ensino Fundamental, conforme Convênio nº 020/2018, Celebrado entre a FUNDEPAR e o Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR, tudo em conformidade com Projeto e Planilha Orçamentária em anexo ao edital.** Análise da Legislação aplicável. Conclusões.

### **I – Do relatório**

A Comissão de Licitação determinou o encaminhamento do procedimento licitatório Modalidade Tomada de Preços nº. 05/2018, tendo por objeto a **Contratação de Empresa Especializada na Execução de serviços de engenharia na infraestrutura física da Escola Estadual do Campo Barra Bonita e Escola Rural Municipal Santo Antônio – Ensino Infantil e Ensino Fundamental, conforme Convênio nº 020/2018, Celebrado entre a FUNDEPAR e o Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR, tudo em conformidade com Projeto e Planilha Orçamentária em anexo ao edital,** para fins de parecer.

O mesmo foi distribuído a este Procurador Jurídico Municipal para fins de atendimento do despacho supra.

Tem origem na Consulta formulada pelo Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, nos seguintes termos:

*Emissão de parecer sobre o Edital de Licitação, tendo por objeto a **Contratação de Empresa Especializada na Execução de serviços de engenharia na infraestrutura física da Escola Estadual do Campo Barra Bonita e Escola Rural Municipal Santo Antônio – Ensino Infantil e Ensino Fundamental, conforme Convênio nº 020/2018, Celebrado entre a FUNDEPAR e o Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR, tudo em conformidade com Projeto e Planilha Orçamentária em anexo ao edital,** em cumprimento ao art. 38, § único da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.*

É o relatório.

### **II – De Meritis**

Nos termos da Consulta, o fulcro da mesma reside na possibilidade de utilização da modalidade Tomada de Preços para a contratação do objeto ora mencionado.

A proposta tem fundamento jurídico nos diplomas legais, a saber:

*Tomada de Preços é a licitação para contratos de valor inferior ao estabelecido para a concorrência, realizada entre interessados previamente cadastrados, observada a necessária qualificação (art. 22 § 2º). A qualificação é a que constar do cadastro, por categoria, tendo em vista a especialização, e por grupos, de acordo com a capacidade técnica e financeira dos inscrito (art. 34 a 37) (MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 97).*

Portanto, a modalidade Tomada de Preços poderá ser utilizada para a contratação do objeto ora mencionado.

O § 2º do art. 22, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, assim preleciona:

*Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.*

Por sua vez, o art. 23, inciso I, alínea “b”, assim preleciona:

*Art. 23 (...)*

*I - para obras e serviços de engenharia: (Redação dada pela Lei nº. 9.648, de 1998)*

*b) tomada de preços - até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); (Redação dada pela Lei nº. 9.648, de 1998).*

O art. 38, § único da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, assim preleciona:

*Art. 38 (...)*

*§ único: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº. 8.883, de 1994).*

Portanto, mister ressaltar que o valor do objeto está de acordo com a previsão legal, bem como a modalidade de licitação amolda-se as definições do objeto.

### **III – Conclusões**

Desse modo obedecido às demais regras contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, entende-se que a Administração Pública Consulente poderá adotar a modalidade de Licitação Tomada de Preços, encontrando-se o edital em consonância com os dispositivos da Lei Federal, supracitada, razão pela qual se encontra aprovado por esse departamento jurídico, e, em condições de ser aprovado por Vossa Excelência, se assim entender.

Sugiro a Vossa Excelência a remessa desse parecer a Comissão de Licitação para continuidade do processo licitatório, caso seja vosso entendimento.

É o meu parecer.

Nova Esperança do Sudoeste, PR, em 03 de maio de 2018.

---

**JULIANA MARA NESPOLO**  
ADVOGADA  
OAB/PR 49.390